

Minhas memórias do Livro Didático

Maria Lilia Simões de Oliveira
PUC-Rio

A liberdade, Sancho, é um dos dons mais preciosos que aos homens deram os céus: não se lhe podem igualar os tesouros que há na terra, nem, os que o mar encobre; pela liberdade, da mesma forma que pela honra, se deve arriscar a vida, e, pelo contrário, o cativo é o maior mal que pode acudir aos homens.
(Dom Quixote, II, LVIII)

Resumo

O Livro Didático (LD) é material bastante comum na vida dos estudantes nas últimas décadas. Ao relatar minhas experiências com tal recurso pedagógico – tanto como aluna quanto como professora –, desenho um pouco a história das Escolas Públicas no Rio de Janeiro. Refletir sobre o material utilizado por professores em suas aulas é fundamental, uma vez que a complexidade do assunto é inquestionável. Usar ou não livro didático, obedecer rigorosamente a ele ou fazer dele nosso colaborador é decisão pessoal a ser tomada com muita cautela. O professor precisa se conscientizar da relação saudável que deve estabelecer com o LD. Tal material deve estar disponível ao mediador que, com sabedoria e bom senso, precisará mostrar acuidade para observar pontos relevantes. O LD não pode ser visto como “senhor” absoluto, muito pelo contrário: ele deve se “impor” de maneira generosa.

Palavras-chave: livro didático - linguagem - ensino - memória

A ALUNA

Ao iniciar algumas reflexões sobre o uso do Livro Didático em minha prática pedagógica ao longo de 30 anos de magistério, vi-me diante de uma questão: que gênero textual daria conta das opiniões a serem transmitidas aos possíveis interlocutores desta revista? Sem dúvida, o relato é o gênero mais apropriado a quem pretende fazer um discurso eivado de emoções, surgidas dos porões da experiência.

Resolvida tal questão, dirigi-me, primeiramente, pela memória, aos bancos escolares no final dos anos 50, quando, ainda menina, aluna de Escola Pública, aprendia as primeiras lições. Cursava, então, o “Primário” e não me lembro de livros didáticos nas aulas de Dona Nancy Barroim. Ela usava apenas seu par de olhos verdes e sua temida régua, que brandia para aquietar a classe ruidosa, quando precisava de silêncio e atenção. Mas como ensinava bem! Como nos levava para mundos instigantes e sedutores. Com Dona Nancy, aprendemos a ler o mundo e a interagir com ele, quer pelas letras quer pelos números. Conhecemos rios e seus afluentes da margem direita e da margem esquerda, decoramos os nomes das capitais brasileiras etc. Não havia outra mediadora entre as múltiplas linguagens e nós, aprendizes. A escola era o lugar de travessia do informal para o formal. Ali deveríamos conhecer verdades e sedimentar valores.

Os cartazes apresentavam-se como principais recursos tecnológicos usados nas aulas de composição textual. Afixados no quadro-negro, transportavam-nos para fazendas com suas paisagens singulares: casas de campo, muito verde, animais pastando...Tudo servia de motivação para a produção do texto (descritivo). Entre os materiais de apoio à memória, estavam os cadernos, encapados caprichosamente com papel seda de cores variadas, a fim de identificar melhor os mistérios contidos em suas páginas. A Geografia, a História, a Matemática e a Linguagem ficavam guardadas naqueles espaços, para que voltássemos aos dados e memorizássemos os mais importantes.

A memória também é esquecimento, como nos ensina Bergson (1990). Portanto, passados quase cinquenta anos, é fato que não lembro mais como a professora dividia o tempo das aulas. A verdade é que Dona Nancy nos acompanhou por alguns anos. Estudei com ela na segunda, na terceira e na quarta séries. Ela deixou sua marca em nossa formação, sem dúvida; foi personagem principal do importante ritual de passagem do “Primário” para o “Ginásio”. Os pontos – tomados por meio de questionários –, os ditados e as tabuadas jamais sairão de nossas lembranças; não permanecerão como algo ruim, pois, se as listas de coletivo, os afluentes do rio Amazonas e as capitais brasileiras eram verdadeiras abstrações em nossa infância, tais conhecimentos formavam uma base sólida sobre a qual íamos elaborando nossos próprios saberes, metamorfoseando o abstrato em concreto. “A escola nos ensinava a saber com orgulho”. (Queirós, 1999).

O mundo mudou. Já não há lugar para uma escola como a da minha infância. Sem saudosismos, devemos seguir adiante. O erro, porém, é tentar apagar o passado ou desvalorizá-lo. Nem tudo que é moderno é bom! É preciso ter muita cautela ao abrir a porta ao novo, que muitas vezes nos arrebatava, nos impressiona à primeira vista, mas, com o passar do tempo, revela-se como ilusão.

Os personagens antigos nos chegavam travestidos de modernidade. As cartilhas ganharam cores; os livros usados nas primeiras séries receberam muitas ilustrações, seguindo o parâmetro das Histórias em Quadrinhos. Surgiu o caderno de exercícios que acompanhava o Livro Didático, cujo objetivo era simplificar o trabalho do professor e facilitar a aprendizagem do aluno, uma vez que trazia as perguntas previamente preparadas pelo autor da obra. Os cadernos de anotações também sofreram uma transformação: cresceram de tamanho, ganharam muitas páginas para poder caber tudo no mesmo espaço; as matérias foram separadas por divisórias.

Enfim, mudam-se os tempos, como diz o poeta, mudam-se as mentalidades e as atitudes.

A PROFESSORA

Nas malhas da memória, sigo tecendo um pouco da história do livro didático em minha vida profissional. Com fios da experiência em sala de aula de escolas públicas, passo a bordar um pouco da história do ensino de Língua Portuguesa. Agora, começo a falar do lugar da professora, e o ano é 1977; ano em que assumi minhas turmas no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ). Depois de freqüentar o Curso de Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro e passar no concurso público, pensei ser relativamente tranqüila a tarefa de ensinar o idioma nacional.

A realidade, entretanto, mostrou sua cara. Muitas turmas, muitos alunos etc. Era imperioso adotar um livro, previamente escolhido em “Centros de Estudos”, dos quais participavam todos os professores de LP do “Ginásio”. Devo confessar que tive muita sorte de ser lotada no IERJ logo no meu primeiro ano de magistério, pois lá os Centros de Estudos – semanais – realmente funcionavam. Discutiam-se novas metodologias, novos materiais didáticos; as novidades chegavam até nós rapidamente.

Portanto, quando cheguei ao Instituto de Educação, já havia sido adotada uma coleção para as quatro séries do curso ginásial. Imediatamente deparei com a difícil realidade do trabalho com um material de cuja elaboração não participei. Eu não sabia bem qual caminho seguir para fazer com que meus alunos gostassem de ler, passassem a falar e a escrever melhor, porém eu tinha certeza de que aqueles livros de “Comunicação e Expressão”, cheios de cores (modernidade absoluta!) não dariam conta do desejo daqueles jovens. A competência deles ia além dos recursos oriundos das Histórias em Quadrinhos. Não basta usar cores e elementos iconográficos para tornar o livro atraente e de qualidade. É preciso cuidar da estética das imagens! A elegância e o bom senso na utilização de tais recursos fazem grande diferença. O mais importante, porém, é o tratamento dado ao conteúdo. Muitos livros coloriam suas páginas, mas não cuidavam do texto. Não selecionavam gêneros variados, não se preocupavam com os principais interlocutores: alunos e professores. Os exercícios recebiam uma “maquiagem”, mas continuavam antigos e recorrentes.

Para atingir nossos objetivos, preparávamos materiais paralelos: apostilas mimeografadas. Nelas púnhamos o nosso “tempero” e melhorávamos, assim, o sabor das aulas. Então, perguntávamos: Por que não abandonar o LD? Por que não elaborarmos nosso próprio material? A resposta é simples: porque incorreríamos no mesmo erro, ou seja, nem todos gostariam daquele novo material, que se tornaria também obsoleto. A cada turma, a cada ano, nossos desejos e expectativas mudam. Atualizar anualmente o material era impossível. Tínhamos nossa vida particular, nossas múltiplas atividades. Precisávamos cuidar dos filhos pequenos (febres, idas a médicos etc.), continuar estudando e, principalmente, correr de uma escola para outra, pois só desse modo poderíamos garantir uma renda capaz de nos proporcionar uma vida digna.

Pelas razões citadas, posso afirmar que o LD era também nosso aliado. Quantas vezes dele me vali, quando o tempo era pequenininho para a preparação das aulas! Os textos, principalmente eram verdadeiras “tábuas de salvação”. A partir deles, rumávamos para outros portos: leitura, escritura e reflexões sobre os fatos gramaticais. Jamais concebi estudo de língua sem texto! Neste ponto vale dizer que havia naquela ocasião algumas obras de excelência – poucas é verdade – as quais não puderam ser adotadas por incapacidade de certos professores que julgavam difícil e trabalhoso o material. Como

exemplo, posso citar as coleções de Magda Soares e de Maria Helena Silveira. As duas professoras-autoras apresentavam uma metodologia capaz de fazer a interseção entre leitura, produção de texto e a gramática da língua.

Ainda em 1977 fui aprovada para a rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Lá a dificuldade era ainda maior. Os alunos não conseguiam comprar o livro, não havia folha para rodar no mimeógrafo (a álcool!) os textos. As turmas de oitava série, por exemplo, na escola em que fui lotada, só tinham dois tempos de 50 min. de aula semanais. Como ensinar a ler a escrever em língua de prestígio em contexto tão adverso? O governo saiu em busca de solução e passou a distribuir livros para alunos de poder aquisitivo mais baixo. Neste ponto da história entra um personagem muito forte e muito importante: as editoras e sua visão empresarial. O que parecia solução, às vezes, tornava-se mais impedimento. As escolhas não eram tão livres como gostaríamos, pois eram feitas a partir de uma lista previamente elaborada pelos órgãos competentes. Mais uma vez o professor não tem voz. E queriam nos fazer acreditar que tal processo era democrático!

Em 1992, por meio de mais um concurso, passei a trabalhar em outro colégio público: Colégio Pedro II. Outra realidade, porém problemas semelhantes. Escolhas de LD, elaboração de material, sobrecarga para o professor que, com tantas tarefas, não dá conta de analisar criteriosamente as coleções sugeridas pelo MEC... Aqui um dado sobressai: a participação das famílias. Devido às Associações de Pais e Alunos, os responsáveis pelos estudantes exerciam uma vigilância constante e cobravam dos professores o uso do livro, questionavam mesmo a qualidade do material utilizado. Reclamavam das trocas frequentes das coleções, o que dificultava o aproveitamento do livro para outro filho, por exemplo, como acontecia na época em que se usavam as antologias, passadas pelas mãos de muitos membros da mesma família.

De posse dos livros didáticos, alunos e responsáveis reclamavam do modo como o professor utilizava o material. Deveríamos usar o livro **todo** e linearmente, do início ao fim!

UMA PARADA PARA REFLEXÃO

Afinal, como classificar a relação do professor com o LD? É uma relação prazerosa, amorosa, ou é uma relação conflitante? Penso ser, na maioria das vezes, uma relação muito

difícil, ainda hoje, devido aos problemas anteriormente apontados. Os livros de Língua Portuguesa, principalmente, sofrem muitas críticas dos responsáveis pelos alunos. Por ser a língua materna de todos, a família acredita ter competência para dar sugestão sobre o encaminhamento do trabalho do professor e, via de regra, a visão do ensino de língua que embasa o ponto de vista apresentado por tais responsáveis é uma visão ultrapassada. Se o livro não traz a gramática explícita, reclama-se, pois leitura e interpretação de textos não são consideradas estudo de LP. Por outro lado, os mais esclarecidos criticam quando o livro apresenta a gramática normativa, alegando ser um método retrógrado... Em que pesem as especificidades das aulas de LP, a escolha do material a ser utilizado como apoio para compreensão e fixação dos conteúdos é uma tarefa muito complexa. Não é possível que o mesmo material possa seduzir alunos de tão diferentes espaços geográficos e meios sociais; às vezes uma única coleção é adotada em escolas cujo público é completamente diferente; instituições inseridas em contextos culturalmente singulares. As características e valores regionais não são levados em conta.

No bojo destas reflexões, vale a pergunta: Como definir o LD? Tarefa difícil; é praticamente impossível dar **uma** definição. LD é somente aquele objeto, em geral, formatado da mesma maneira (na vertical, do mesmo tamanho; nas últimas décadas é, quase sempre, grande, muito colorido, cheio de imagens...); é somente o objeto utilizado no espaço escolar há mais de dois séculos como instrumento de comunicação, de produção e de transmissão do conhecimento? Enfim, é um objeto cuja tarefa é organizar o conhecimento de maneira formal. Visto por este ângulo, vale a pergunta: Seriam didáticos os livros de Monteiro Lobato (*A gramática da Emília*, *Aritmética da Emília*, *História do mundo para criança*)? O fato é que o LD é instrumento fundamental no processo de escolarização. E como tal é veículo de valores ideológicos e culturais.

Mas que ideologia seguir? Com a abertura dos portões escolares às classes populares, aumentaram as vagas e os problemas. O povo está na escola, mas a qualidade do ensino ainda não foi democratizada. Falta oferecer ao aluno das classes menos favorecidas uma escolarização digna. Isso passa também pelo LD que, muitas vezes, para este público-alvo é de baixa qualidade por ser mais barato. O professor também é “obrigado” a baratear suas aulas.

O problema começa já nos cursos de formação de professores, uma vez que tais cursos não estão capacitando o profissional para desempenhar sua função de cidadão crítico. Professores despreparados...alunos mal orientados... e a roda via girando. Para professores, cuja formação foi precária, o LD é muitas vezes a única saída, pois sem o material seria o caos. Aí, todavia, surge uma questão bastante séria: os manuais do professor, com gabaritos fechados, muitas vezes cheios de erros, repetidos, sem a menor reflexão, pela vida afora de colégio em colégio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema aqui discutido é complexo e polêmico. Dele apresentei algumas questões com o objetivo de colaborar na reflexão do uso do material didático nas aulas de LP, principalmente. Sei que muita discussão ficou por fazer. Voltemos, pois, a epígrafe e lembremos os ensinamentos de *Dom Quixote*. Sejam livres para pensar, refletir e escolher os caminhos que pretendemos seguir. Esta, decerto, é uma bela lição, quando o assunto é material didático.

Primeiramente, gostaria de ressaltar a importância do professor e da mediação que este profissional faz em suas aulas entre o aluno e o LD. Sem dúvida, o trabalho do editor, do autor e do ilustrador é fundamental para o sucesso do LD; um livro deve ser bem elaborado, desde o conteúdo até a apresentação deste, mas nada disso funciona se o professor não entender a proposta, não gostar do encaminhamento da coleção.

É preciso entender que uma coleção, constituída de 4 volumes, deveria ser adotada, teoricamente, por 4 anos (da 5^a a 8^a séries). Muitas vezes vimos um livro de determinado autor ser adotado numa série e outra coleção, de outro autor, ser indicado para outra. Onde fica a proposta do autor? O que é feito da continuidade?

Quanto ao manual do professor (livro com as respostas), vale a pergunta: como evitar que pessoas inescrupulosas deixem chegar às mãos do aluno tal compêndio? Quantas vezes o menino fica assistindo às aulas com todos exercícios prontos e certos, sem ter a menor idéia do assunto tratado, pois o LD que usa é o que já traz o gabarito.

O que fazer diante de estratégias sedutoras de representantes de editoras que tentam persuadir professores e coordenadores com o propósito de que a coleção da empresa por ele representada seja adotada?

Como padronizar o ensino em território das dimensões como as do nosso país sem auxílio de material didático que oriente o trabalho do professor? Seria esta mais uma das vantagens do LD?

Para finalizar, gostaria de frisar que caminhei pelas veredas da memória e que, portanto, posso ter cometido algumas distorções ao longo do trajeto, pois assim é o jogo memorialístico. Inquestionável, no entanto, é o fato de que as reflexões aqui deixadas querem tão-somente colaborar com o trabalho do professor, buscando maior integração entre os envolvidos na elaboração e utilização do LD. É preciso que autores, ilustradores, editores e professores busquem um caminho harmonioso, para que o material possa colaborar efetivamente com o processo de aprendizagem do indivíduo. Sem o quê, parodiando Luis Fernando Veríssimo em sua crônica *O gigolô das palavras*, o Livro Didático deve “apanhar” todos os dias para saber quem é que manda.

REFERÊNCIAS

- Belmiro, C. A. (2003). Uma educação estética nos livros didáticos de português. In Rojo, R. & Batista, A. A. G. (orgs.) *Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita*. São Paulo: Mercado das Letras.
- Bergson, H. (1990). *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Queirós, B. C. (1999). *Ler, escrever e fazer conta de cabeça*. Belo Horizonte: Miguilim.
- Saavedra, M. C. (1993). *O engenhoso fidalgo D. Quixote*. Tradução dos Viscondes de Castilho e Azevedo. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Veríssimo, L. F. (1982). *O gigolô das palavras*. Porto Alegre: L&PM.

A AUTORA

Maria Lilia Simões de Oliveira é Especialista em Literatura Infantil pela UFRJ (1989), Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1998) e Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e professor da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Leitura, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, letras, português, literatura e lingüística.